

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS NATURAIS E A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO SOCIAL¹
THE DIDACTIC BOOK OF NATURAL SCIENCES AND THE POSSIBILITY OF SOCIAL RECOGNITION

Alana Rigo Deon², Martin Kuhn³, Tatiane Cristina Possel Greter Schwingel⁴

¹ As ideias do texto foram pensadas a partir da disciplina de Gênero, Sexualidade, Diferença: questões para a pesquisa educação do Doutorado em Educação nas Ciências

² Doutoranda em Educação nas Ciências. Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais coordenado pela professora Dra Helena Copetti Callai. Professora Substituta do Curso de Geografia da UFFS/Campus Erechim. E-mail: alanardeon@gmail.com

³ Doutor em Educação nas Ciências. Professor na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus FW. E-mail: martk@outlook.com.br.

⁴ Doutoranda em Educação nas Ciências. Professora da Educação Básica no Município de Três Passos - RS. E-mail: tgschwingel@gmail.com.

Resumo: O presente artigo investiga a presença do reconhecimento do outro no conteúdo do Livro Didático (LD) de Ciências Naturais do 6º Ano do Ensino Fundamental, da Coleção Ciências Naturais - Aprendendo com o Cotidiano, de autoria de Eduardo Leite do Canto, lançado pela Editora Moderna, referente ao PNL 2017, 2018, 2019. Os livros didáticos são parte do conjunto de políticas públicas educacionais definidas e implementadas pelo Estado com a finalidade de orientar os professores acerca dos conteúdos a serem desenvolvidos nas respectivas séries e anos de ensino. Reconhecemos que os livros didáticos como instrumentos de poder trazem influências globais materializadas em princípios como o individualismo, a naturalização das diferenças, a homogeneização cultural e a monetarização da vida. Buscamos na categoria solidariedade ou estima social de Axel Honneth (2009), uma alternativa para pensar uma formação humana voltada à emancipação da dominação, em favor da vida e da dignidade humana. Estrutura-se em dois movimentos reflexivos. Primeiramente apresentamos a discussão teórica e documental das políticas públicas da educação e o Edital (02/2015) do Programa Nacional do Livro Didático - PNL 2017. O segundo movimento apresenta a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2009), bem como analisa e interpreta, a partir de imagens e afirmações a presença de indícios ou não da solidariedade ou estima social no LD de ciências naturais. Trata-se de uma reflexão sobre os pressupostos que devem orientar a construção de uma sociedade emancipada, livre de dominação e do desrespeito ao outro.

Abstract This article investigates the recognition of the other person's presence in the Natural Sciences Textbook contents (LD) of the 6th Year of Elementary Education. Therefore, this study is based on the Natural Science Collection - Aprendendo com o Cotidiano (Learning with Daily Life)

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

which was written by Eduardo Leite do Canto and it was published by Editora Moderna, this collection refers to PNLD 2017, 2018, 2019. The textbooks are part of the public educational policies set and they are defined and implemented by the State in order to be used as a teachers' guide because they have all the contents that should be developed during the respective educational years. We recognize that textbooks are instruments of power and they carry materialized global influences in their principles, such as individualism, the naturalization of differences, cultural homogenization and life monetization. We look for the solidarity category or social esteem described by Axel Honneth (2009), as an alternative of thinking about the human training which aims the emancipation of domination, when it comes to life and human dignity benefit. Thus, they are structured in two reflexive movements. First we present the theoretical and documentary discussion of the education public policies and the Edict (02/2015) of the Textbook National Program - PNLD 2017. The second movement presents Axel Honneth (2009) recognition theory, as well as how he analyzes and interprets it. So, it is going to be pointed from images and affirmations the presence or absence solidarity or social esteem signs in the natural science LD. It is important to highlight that this is a reflection on the presuppositions that must guide the construction of an emancipated society, free from domination and the people's disrespect.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Livro didático. Reconhecimento. Solidariedade. Formação de professores.

Keywords: Educational politics. Textbook. Recognition. Solidarity. Teachers' training.

Considerações Iniciais

As políticas educacionais brasileiras são definidas e implementadas pelo Estado em confluência com as demandas globais. Hoje, essas políticas demandam uma educação capaz de atender as exigências do mundo produtivo, ou seja, traduzidas em uma formação aliada aos pressupostos de uma racionalidade econômica neoliberal. Essa racionalidade orienta a construção de currículos e, conseqüentemente, a produção de materiais didáticos para todos os níveis de ensino.

Atrelado a esse contexto, a racionalidade econômica contemporânea, conforme Dardot e Laval (2016) tem buscado na educação possibilidades de alinhar e ampliar a sua ação política e econômica. Em seu conjunto essas normatizações, apesar de discursarem a diversidade, a pluralidade e a diferença, estão ancoradas em princípios de homogeneização cultural, de massificação, de egoísmo e de monetarização da vida, ocultando e/ou silenciando a luta pelas diferenças e do reconhecimento dos grupos excluídos como pobres, mulheres, deficientes, negros, indígenas, comunidade LGBT, entre outros. Desse alinhamento entre as políticas econômicas neoliberais e a educação, "têm-se como resultados a exclusão social e um pensamento único e hegemônico, que carrega consigo regras e valores orientadores das ações e das interações humanas, submetidos à economia." (FIGUEIREDO, ANDRIOLI, FRANTZ, 2013, p.87).

O recorte feito para esta discussão é o livro didático de Ciências Naturais. A opção pelo livro didático se dá em função da constatação (GÜLLICH, 2012) de este ser o material mais utilizado no ensino das escolas públicas brasileiras. As Ciências Naturais enquanto área do conhecimento que

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

estuda a vida dos seres vivos, as interações entre si e com o meio ambiente podem contribuir, por meio do conhecimento científico manifesto em seus conteúdos, para desenvolver o senso crítico promovendo o reconhecimento do outro. Optou-se pela abordagem e análise do PNLD de 2017, por serem estes os livros utilizados atualmente nos anos finais do ensino fundamental nas escolas de Educação Básica da Rede Pública.

Para perseguir o proposto, o primeiro movimento do texto faz uma discussão teórica e documental das políticas públicas educacionais e seus desdobramentos para o Edital (02/2015) do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2017. O segundo movimento apresenta a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2009), bem como analisa e interpreta, a partir de imagens, a presença de indícios ou não da solidariedade ou estima social no LD de ciências naturais. A presença ou não dos indícios de solidariedade ou estima social manifesta o reconhecimento do outro. Trata-se de uma reflexão sobre os pressupostos que devem orientar a construção de uma sociedade emancipada, livre de dominação e livre do desrespeito ao outro.

As Políticas Públicas Educacionais e seus desdobramentos para o PNLD 2017

A partir de estudo realizado por Schuchter e Carvalho (2017) foi a partir da década de 1990 que as questões de cunho social (como pobreza, educação, diversidade, exclusão, inclusão) aparecem de modo mais incisivo no cenário das políticas públicas. A Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 apresenta em seu preâmbulo suas principais intenções: “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”. Apurando o olhar poderemos identificar, nesse preâmbulo, a presença dos direitos políticos, civis e sociais que, por sua vez, são apontados por Marshall (1967), Dallari (1998), Carvalho (2011, 2015), Singer (2015) como requisitos à condição de cidadão. Se assegurados aos indivíduos de uma sociedade, poderíamos afirmar que há o reconhecimento do outro.

Em nosso entendimento discutir a formas de reconhecimento - amor, relações jurídicas e estima social -, conforme Honneth (2009), nas Políticas Públicas Educacionais (PPEs) que orientam a educação nacional é o primeiro passo para pensarmos em possibilidades de reconhecimento social do outro. A cidadania, forma como pode ser expresso o reconhecimento social, é um conceito complexo e seu significado foi delineado ao longo do tempo e em diferentes contextos. Atualmente a cidadania é usualmente definida como o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais que combine liberdade e participação na sociedade. Para Carvalho (2015, p. 15) o “cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Os cidadãos incompletos seriam aqueles que possuíssem apenas algum dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos não seriam cidadãos”. Essa forma de reconhecimento, no entender de Honneth (2009), refere-se mais estreitamente a dimensão das relações jurídicas.

Neste contexto, Dalmo Dallari (1998, p. 14), reconhece a cidadania como “um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. Sob este viés podemos interrogar o lugar dos grupos sociais excluídos (minorias) que não tem acesso à cidadania e que continuam reivindicado o seu lugar social por meio dos movimentos de resistência.

Assim, os Art. 5º ao 17, referenciam à cidadania em nossa Constituição Federal em sua tríplice condição: direitos civis, políticos e sociais. Se é possível falar em cidadania alargada, ela necessita se realizar na conquista dos direitos e cumprimentos dos deveres sociais, políticos e civis. Assim, é possível fazer uma primeira consideração de que a cidadania não se exerce na escola, mas no âmbito da sociedade ou na esfera pública. Contudo, tal entendimento não significa que a educação escolar não tenha como tarefa fundamental à formação cidadã das novas gerações. Desse modo, compreendemos que a possibilidade da formação cidadã amplia-se com o acesso às vivências escolares e a sua cultura. Embora a escola não seja o espaço e tempo objetivo da realização de todos esses direitos e deveres, mas, sem dúvida, é ambiente privilegiado para o exercício entre os seus pares. Parece-nos que a estima social, uma das formas de reconhecimento do outro, proposta por Honneth (2009), é requisito imprescindível a vida social no âmbito da escola e da sala de aula.

Nesses termos, o exercício da cidadania só é possível na vida social. O que significa que a prática educativa assume sentido à medida que educa para vida em sociedade ou da participação do sujeito na vida em comum. Embora sem garantias, a escola educa ou prepara para a cidadania quando assegura aos alunos o acesso aos conhecimentos, saberes, capacidade de conviver, respeito à diversidade, etc. A educação cidadã que se vivencia no espaço/tempo escolar é aquela que prepara para o espaço da vida pública. As formas de reconhecimento do outro, amor, relações jurídicas e solidariedade, são fundamentais para constituir um mundo comum que saiba conviver e encaminhar seus conflitos.

A educação na Constituição Federal de 1988 é tema específico do Capítulo III, Da Educação, artigos 205 a 214. O artigo 205 prevê que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O artigo 205 afirma a educação como direito do cidadão, a compreende como processo educativo que visa a assegurar que o educando se constitua integralmente enquanto pessoa (intelectual, ética, física, psicológica, artística, expressiva e comunicativa). Assim, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho são prerrogativas da formação humana, condição para ser cidadão. Educar para o mundo do trabalho faz parte de uma educação cidadã, cabe-nos interrogar que sentido tem sido atribuído à formação para o trabalho em contextos em que predomina a racionalidade do mercado.

Contudo, as políticas que regem a educação atualmente nascem no contexto de redemocratização (1985), pós ditadura de 1964, sinalizando para um viés liberal, projeto vencedor, e atuando em coerência com ele, o que não significa ausência de embates. No modelo predominante se estreitam as relações capital e trabalho configurando os pressupostos de ensino que orientam as escolas em as concepções de cidadania expressas pelos conteúdos do LD. O entendimento de conteúdo útil, articulado com o mercado de trabalho denuncia este modelo de relações.

No que concerne à educação, em concordância com a Constituição, a LDBEN nº 9.394/1996 define as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional brasileiro. Em seu título II define

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

os “princípios e fins da educação nacional” assinalando em seu artigo 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para além das orientações gerais postas pela LDBEN às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) 2013 para a Educação Básica apontam para uma perspectiva mais alargada de educação, trabalho e cidadania, apontando para uma perspectiva crítico/progressista de currículo escolar. Chamamos atenção ao sentido atribuído por essa política educacional a tarefa educativa da escola:

[...] o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. (BRASIL, 2013, p. 63)

Interrogar o que se compreende por educação, cidadania e trabalho é requisito primordial à escola e aos professores, uma vez que os cenários mudam e o entendimento presente nas políticas públicas também se ressignificam. Assim, questionar e compreender o sentido atribuído à educação, à cidadania e ao trabalho é basilar para as práticas educativas em sala de aula, pois entendemos que numa racionalidade de mercado esses termos assumem conotações muito diversas das pensadas em termos de um mundo comum mais solidário e cooperativo como sugerem Dardot e Laval (2016). Já é um ato educativo cidadão a escola e o professor reconhecer a intencionalidade presente nos discursos que a orientam. Falar em reconhecimento social como a compreende Honneth (2009) em uma racionalidade de mercado que tem como “característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 17), para organizar a “ação dos governantes” e também a “conduta dos governados” soa um tanto paradoxal.

A cidadania quando pensada no currículo escolar e nas ações da escola pelo viés do reconhecimento do outro pode possibilitar aos sujeitos o entendimento de seus princípios norteadores que são a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a cooperação, a diferença, a pluralidade, o respeito ao outro, etc. O debate e o cultivo do reconhecimento do outro podem contribuir, nesse sentido, com a compreensão das contradições existentes na sociedade e a constituição de forças capazes da luta pelos direitos de cidadania. Essas ações podem ocorrer na escola mediada pelos conteúdos abordados, pelos recursos didáticos utilizados.

Dentre as proposições para tal estão as políticas educacionais e, entre elas, se encontra o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. O PNLD é um programa do governo federal que, avalia, compra e distribui materiais didáticos para todas as escolas públicas do país, que se inscrevem no Programa. O seu edital ocorre em ciclos trienais alternados para cada etapa da educação básica (Anos iniciais, Anos finais e Ensino Médio) e segue rigorosamente critérios especificados em fichas de avaliação que se desdobram em critérios gerais e específicos para cada área do conhecimento

O Edital do PNLD (2015/2017, p.40) afirma que as obras didáticas precisam

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

[...] contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente. Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, novas demandas provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, passam, portanto, a ser contempladas entre os elementos que integram o currículo, como os referentes à promoção dos direitos humanos [...].

Conforme o documento que orienta a elaboração dos LDs de 2017, há o entendimento de que por meio da produção, avaliação e distribuição deste material didático-pedagógico é possível alcançar um dos objetivos do Estado que é produzir um ensino de acordo com as exigências dos organismos internacionais. Para isso inserem através dos critérios de avaliação das obras didáticas formas de regular os conteúdos a partir da normatização de imagens, mensagens, texto que precisam ser respeitadas/veiculadas. Nesse sentido, o LD é propriamente um meio de produzir e reproduzir valores sociais, políticos, econômicos e culturais que se querem expressar, como vemos na orientação para as propostas pedagógicas dos livros:

1. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social; 2. Abordar a temática de gênero, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia; 3. Proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher; 4. Promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando os direitos de crianças e adolescentes, bem como o conhecimento e vivência dos princípios afirmados no Estatuto do Idoso; 5. Incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância; 6. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, considerando sua participação e protagonismo em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder [...]. (BRASIL, 2015, p.40)

Compreendemos que a proposta de direcionamentos pedagógicos e abordagens temáticas que norteiam a produção dos LDs do PNLD contempla questões fundamentais para o tratamento das problemáticas sociais no ensino da forma como está apresentado. Ainda, a partir dessas premissas, os LDs podem possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de aprendizagens e construção de conceitos de forma a “estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que a sociedade, a ciência, a tecnologia, a cultura e a economia” (BRASIL, 2015, p.40). Por isso se torna tão importante à escola e aos professores conhecerem as orientações e pressupostos inerentes às políticas educacionais. O professor em sala de aula não fala mais em seu nome, de suas convicções e idiosincrasias, mas em nome da República, dos princípios constitucionais, da LDBEN, das diretrizes, etc.

No que diz respeito ao ensino de Ciências Naturais, o Edital (2015) referente ao PNLD 2017 traz orientações para a área das Ciências Naturais no sentido de que essa disciplina propicie a “análise de fenômenos e temas que evidenciem a importância das Ciências para o bem-estar social e para a

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século XXI apresenta [...]” (BRASIL, 2015, p. 45). Dessa forma, as diretrizes apontam para a versatilidade conceitual do LD de Ciências Naturais, do qual se espera que “estimule a criatividade, favorecendo a interação do estudante com o mundo natural e social” extrapolando os estreitos limites das discussões estritamente biológicas conectando os conhecimentos científicos à compreensão de problemas sociais diversos.

Como critérios específicos para a abordagem dos temas de Ciências Naturais nos LDs da Educação Básica, vinculados ao PNLD de 2017, estão elencados diferentes abordagens temáticas que correspondem ao tratamento das dimensões sociais do processo de ensino e aprendizagem, entre elas a previsão de contemplar “a história da ciência muito além de nomes ou datas, explorando o contexto social, cultural, econômico e político em que ocorreu a produção científica”; o “incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos, bem como de cuidado do outro”; e a proposição “[...] de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral”. (Ibidem, p.46)

Com isso, reiteramos que os princípios elencados nas políticas educacionais para o desenvolvimento das Ciências Naturais nos LDs são promotores de inserção social. Denotam a preocupação, legislações e diretrizes educacionais, com a aprendizagem científica dos sujeitos e a vinculação do aprendido com a realidade vivenciada. Contudo, a partir das discussões elucidadas é preciso compreender como os pressupostos das políticas se traduzem nos conteúdos do LD, uma vez que a cidadania pode ser pensada para além das concepções antagônicas que podem permear as políticas educacionais. A cidadania pressupõe reconhecimento social. Sustentamos que não existe reconhecimento social sem conhecimento, sem uma educação de qualidade, sem condições dignas de sobrevivência, sem respeito à pluralidade e às diferenças.

Reconhecimento Social do Outro: Abordagem do conteúdo no LD de Ciências Naturais

A intenção do segundo movimento é investigar se o reconhecimento social do outro, pressuposto básico da cidadania, se apresenta ou não nos conteúdos apresentados pelo LD de Ciências Naturais pertencente ao PNLD de 2017. Para isso, apresentamos primeiramente a teoria do reconhecimento recíproco do outro de Honneth (2009). Investigaremos se a esfera da solidariedade ou estima social, uma das formas de reconhecimento social, aparece ou não no livro do 6º ano, da Coleção: Ciências Naturais - Aprendendo com o Cotidiano de autoria de Eduardo Leite do Canto, lançado pela Editora Moderna, referente ao PNLD 2017, 2018, 2019.

Na teoria do reconhecimento proposta por Honneth (2003) o “sujeito requer que algo de subjetivo em si seja reconhecido e que tal reconhecimento venha de fora para dentro, que sua subjetividade seja reconhecida e respeitada exteriormente no âmbito familiar, jurídico e social” (BAVARESCO, 2009, p.1628). Nesse sentido, os indivíduos e os grupos sociais somente formam a sua identidade social se forem reconhecidos reciprocamente nas três esferas da dimensão humana: “o amor, o direito, e a solidariedade” (HONNETH, 2009).

Como afirma Fuhrmann (2013, p.79) “a luta é o motor das mudanças sociais e conseqüentemente da evolução da sociedade, de modo que a ausência de reconhecimento é o que deflagra os

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

conflitos sociais”. Para a autora o reconhecimento “está ancorado nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de forma que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento”? (Ibidem, p. 97). Em Honneth (2009) conforme a autora o reconhecimento está vinculado aos pilares do amor, do direito e da solidariedade.

Albornoz (2011) com base nos estudos de Honneth (2003) apresenta a definição das esferas que proporcionam o reconhecimento e a construção da identidade do sujeito. Para ela o processo de reconhecimento e construção social do sujeito só é possível a partir dos afetos, do direito e da estima social. Para a autora (2011, p. 136) a experiência do amor corresponde à primeira esfera de reconhecimento entre os indivíduos e, dessa forma, acaba por formar uma base emocional “para a defesa e reivindicação de direitos, na rede do reconhecimento jurídico, bem como as condições pessoais para a participação no plano da rede de solidariedade e da estima social” que se traduz na auto-confiança. Honneth (2009, p. 159) situa na esfera afetiva (amor) as relações amorosas e “devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas” consistem em “ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filhos”.

A segunda esfera do reconhecimento está ligada à justiça e o respeito universal. Assim a privação dos direitos ou a exclusão atingem a integridade social do indivíduo como membro de uma comunidade político-jurídica. Por isso, Albornoz (2011, p. 137) entende que a partir da ideia de um Outro é que se torna possível reconhecer o coletivo como passível de direitos e com isso “[...] passamos a nos entender também como pessoas de direito, e é assim que nos tornamos seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões.” Nessa esfera Honneth (2009, p. 179) situa os indivíduos como portadores de direitos, mas também reconhece deveres. Apoiado no entendimento de Hegel (1969) e Mead (1973) percebe que só a partir do reconhecimento que os outros membros da coletividade são portadores de direitos, “que nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões”.

E por fim, ao ofender a honra e a dignidade de um indivíduo que é membro de uma comunidade de valores, estaremos ferindo a terceira esfera do reconhecimento que se traduz por meio da solidariedade ou estima social, como expressa Honneth (2009, p. 211). Esta última se coloca de maneira sensível em relação ao sofrimento do outro. A estima social pressupõe “relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos)” e acrescenta que “estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum” (Ibidem, 211).

O reconhecimento do outro nas três esferas apresentadas seria a possibilidade para encaminhar os conflitos sociais, na perspectiva da construção de uma sociedade emancipada livre de dominação. Assim, qualquer experiência de desrespeito a uma das três esferas é o que justifica a luta por reconhecimento. Sobre isso, Camargo afirma (2006, p. 130), que a teoria do reconhecimento, vai ao encontro de uma “multiplicidade de lutas sociais existentes na sociedade contemporânea”, entre elas as que “reivindicam eliminação das injustiças que se situam na alteridade entre a identidade e a diferença”.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Dessa forma, ao pensarmos o reconhecimento pela esfera da solidariedade ou estima social “ocorre uma volta à primeira dimensão, mas agora as qualidades particulares do indivíduo não são reconhecidas apenas por algumas pessoas (relações primárias) cujo vínculo do amor possibilitava, mas por todas as pessoas numa ampla sociedade” (REICH, 2013, p.4). Para a autora, baseada em Honneth (2003) “é somente nesta última esfera que os indivíduos podem referir-se novamente positivamente à suas propriedades e capacidades concretas”. Se nas sociedades tradicionais o respeito, a estima e a solidariedade estavam voltados a determinados grupos por hierarquia econômica, política, social, atualmente nas sociedades pós-convencionais os sujeitos para serem reconhecidos precisam ser respeitados em sua individualidade. Para Reich (2013, p.6), “é somente na medida em que se reconhecem as propriedades particulares do outro como algo que possui valor para a realização de objetivos comuns é que realmente nossa atitude pode ser considerada solidária”. Como pondera Honneth (2009, p. 200) essa forma de reconhecimento recíproco e solidária está ligada “à pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns”, de modo que a estima social não está mais associada a quaisquer privilégios jurídicos, econômicos, sociais ou culturais.

É neste contexto que a aproximação das formas de reconhecimento de Honneth (2009) são significativas para nos ajudar a elucidar as relações sociais existentes entre os sujeitos e também, no livro didático. Reconhecer as estruturas do reconhecimento social, exige “muita lucidez e um grande esforço de adaptação, como tarefa coletiva, o que concerne sobremaneira aos estudiosos da psicologia social e aos profissionais da educação” (ALBORNOZ, 2011, p.143), e é nesse movimento que entendemos fundamental pensar o contexto do Reconhecimento Social, pela esfera da solidariedade ou estima social, no livro didático de ciência naturais.

A partir das análises feitas no LD de Ciências Naturais, identificamos expressões, conceitos, imagens, etc; que tratam de aspectos relativos a formas de reconhecimento, mas que ainda apontam para relações assimétricas em que não há ainda reconhecimento social. Neste sentido, identificamos 21 fragmentos e imagens, que em nosso entender, se vinculam a conteúdos de degradação ou ofensa ao outro presente no livro didático das ciências naturais. Destacamos as unidades temáticas que se vinculam a cada um dos excertos, conforme apresentado no livro e, por último, classificamos os fragmentos conforme as diferentes categorias que emergiram a partir da nossa análise.

As unidades temáticas apresentadas no livro se desdobram em: Ser Humano e Saúde, Tecnologia e Sociedade, Vida e Ambiente. Os exemplos encontrados proporcionam como que pano de fundo à reflexão para os alunos sobre as questões sociais, políticas, econômicas e culturais e estão de acordo com as proposições de uma formação para a cidadania enunciadas no edital do PNLD. A maior parte dos fragmentos e imagens presentes no LD de Ciências Naturais são empregados (as) como espécie de reforço ao respeito às diversidades e às diferenças culturais, de raça e etnia e gênero. Contudo, é preciso investigar se a esfera da solidariedade ou estima social, enquanto responsabilidade recíproca com o sujeito ou grupo social, se apresenta nos conteúdos do LD.

A partir da identificação dos fragmentos, os agrupamos em temas conforme proximidade temática formando três categorias de análise: 1. Diversidade e Diferenças e/ou ao Outro, 2. Processos de Inclusão/Exclusão Social, 3. Padrões Familiares. Sobre o estabelecimento e apresentação das

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

categorias, chamamos a atenção sobre a não neutralidade das categorias; uma vez que estas, mesmo promovendo questões de respeito, igualdade ou desrespeito, não necessariamente as representam teoricamente.

Foram catorze os fragmentos que corresponderam a primeira categoria. Um exemplo é a figura 1 a seguir.

Figura 1 - Unidade Temática: Ser Humano e Sociedade; Vida e Ambiente



Fonte: Canto, 2015, p.120

Chamamos atenção para a Figura 1 que apresenta adolescentes marcados pela diversidade física, de gênero, de raça, de etnia, de crença religiosa e trazem uma perspectiva de análise que engloba teoricamente o respeito às pluralidades na educação. A presença desta perspectiva no enredo do LD, não significa que de fato as questões de diversidade, diferença e pluralidade são ampliadas de forma que se encaminhem para discussões reflexivas para produzir reconhecimento na sala de aula entre professores e alunos. Hermann (2010, p. 135) pondera que a “educação é a possibilidade de constituir um espaço para a diferença, em que possamos enfrentar o outro externo e interno a nós mesmos”. É fundamental como entende Arroyo (2007, p. 127) que os alunos tenham reconhecidas suas identidades sociais, raciais, sexuais, étnicas, que não as carreguem “com vergonha, mas com orgulho”. *pondera que as alunas e os alunos “nos pedem e exigem que tenhamos um olhar positivo sobre os seus corpos, seus traços, seus cabelos que nos mostram com orgulho”. A presença da imagem, por si só, não assegura o reconhecimento do outro. O professor poderia ser uma forma de problematizar e ampliar as relações de reconhecimento, mas não há garantias para tal.

Outro exemplo que se encaixa na categoria acima, mas que também se alia a categoria 2 “Processos de Inclusão/Exclusão” é o que segue na figura a seguir:

Figura 2 - Unidade Temática: Ser Humano e Saúde; Vida e Ambiente; Tecnologia e Sociedade

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa



Fonte: Canto, 2015, p.111

Essa abordagem é feita pelo livro em um contexto que discute a alimentação equilibrada, especialmente chamando a atenção para o manuseio e higiene para como tratamento dos alimentos, uma vez que o manejo inadequado pode ocasionar doenças parasitárias, como por exemplo a esquistossomose, representada pelo LD na Figura 2. Em nosso entendimento revela uma posição preconceituosa do LD, uma vez que associa a imagem de uma pessoa de pele escura e com poucas condições sociais, para demonstrar uma doença e problema de saúde. Nesse sentido, o que emerge a partir da análise do sentido oculto da imagem é que o pobre é sinônimo de sujeira e doença. Assim ao associar uma pessoa de pele escura a uma doença que é causada, principalmente, pela falta de saneamento básico, automaticamente nos remete a pessoas com menos condições sociais.

Essas ações incutem no imaginário das crianças os lugares que cada um ocupa na sociedade. Materializam os processos de exclusão e segregação que grupos minoritários historicamente sofreram devido as suas condições físicas, intelectuais, sociais, materiais, cor de sua pele, gênero, etc. Esses processos, que ao longo do tempo organizaram a ação humana a partir de uma ordem cultural e simbólica de padrões de normalidade, ainda deixam marcas que permanecem na racionalidade dominante, apesar dos avanços em termos de promoção da inclusão do respeito, igualdade e pluralidade. Essas questões de respeito a diversidade e pluralidade cultural são incorporadas pelo LD. Contudo, não marca de fato uma preocupação legítima a essas questões de forma a promover a solidariedade nos sujeitos. Em última instância essa imagem remete a relações assimétricas entre sujeitos e grupos sociais, reproduz implicitamente as contradições sociais, econômicas e culturais. De acordo com Honneth (2009), ainda traduziria formas de

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

desrespeito, de degradação e ofensa a indivíduos e ou grupos sociais. No concernente a categoria “padrões familiares”, as imagens mostram um padrão de família, um modelo idealizado de classe média ou alta, como vemos a seguir:

Figura 3 - Unidade Temática: Vida e Ambiente; Ser Humano e Saúde



Fonte Canto (2015, p.22 e p.80)

As imagens ainda trazem em sua abordagem um modelo idealizado de família, supervalorizando a ordem natural e estrutural. Do ponto de vista do conhecimento biológico, o LD apresenta a abordagem naturalizada da vida familiar, porém ao não abordar outros modelos de família que se constituem na atualidade, ou seja, que não se centram mais em uma heteronormatividade, no qual os casais não se restringem a homens e mulheres e machos e fêmeas como núcleo normal da constituição familiar; o livro deixa a desejar do ponto de vista do papel social da escola. Essas discussões precisam estar presentes frente a realidade social na qual a escola se insere. Assim entendemos ser fundamental que conhecimento proporcionado pelo LD seja compatível com o vivenciado na sociedade como um todo.

Outro ponto que merece ser destacado nas imagens é a ideia de família feliz, com poucos filhos, mesa farta criando um modelo de família ideal, ou seja, não mostra as contradições sociais. Muitos

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

exemplos são surreais e não tratam a realidade tal como ela é. Contudo é preciso interrogar quantas crianças que recebem os LDs nas escolas públicas têm como única refeição a merenda escolar? Quantas não possuem uma família composta por pai e mãe? Quantas dessas crianças precisam trabalhar para ajudar no sustento da família? Muitos desses imaginários ficam na cabeça das crianças como um modelo ideal de vida. Nesse sentido, o LD reproduz relações assimétricas de ordem econômica e social, sem ao menos colocá-las em questão.

A partir destes fragmentos e das imagens retirados do LD de Ciências Naturais é possível questionar: até que ponto o livro promove relações simétricas em termos de solidariedade e estima social, de forma que outro seja reconhecido? Reconhecemos que o LD apresenta de forma incipiente uma preocupação com as lutas sociais, com a eliminação das injustiças ou mesmo com a alteridade, estas estão presentes de modo explícito e implícito nas imagens e afirmações do livro. Por isso, o que fica claro em nosso entendimento é que ao não problematizar essas questões num contexto mais amplo, ou criar estereótipos de vida, nos parece que o LD de Ciências Naturais apenas faz referência aos temas sociais nos seus discursos, e que depende estritamente do professor promover práticas e ações de reconhecimento social.

Sobre essa questão Krasilchik, (2004, p. 49) comenta que os LDs “em sua estrutura, servem muito mais a interesses comerciais do que aos objetivos educacionais ligados à melhoria da qualidade” social. Esses interesses tem se desdobrado em dimensões instrumentais de ensino que se sobrepõe a reflexão e construção de conhecimentos humanos e éticos que possibilitem uma formação pelo viés do reconhecimento social através dos conteúdos do LD.

Considerações Finais

O livro didático faz parte de um conjunto de políticas públicas que seguem normatizações estabelecidas por organismos internacionais e que são utilizadas enquanto instrumento de poder na propagação de uma cultura hegemônica. Essas ações acabam se traduzindo no conteúdo e na forma como esses são apresentados através de textos, imagens do LD. O que se percebe é que as questões relativas ao reconhecimento social dos grupos sociais minoritários e excluídos aparecem em muitas abordagens sem nenhuma contextualização ou aprofundamento das discussões, o que denota uma preocupação apenas com o cumprimento do edital.

E as Ciências Naturais, neste contexto, enquanto disciplina do currículo escolar e área do conhecimento preocupada com as questões da vida do sujeito e do ambiente que o cerca, pode contribuir por meio do conhecimento científico de seus conteúdos para o desenvolvimento de sujeitos conscientes e comprometidos com a melhoria da qualidade de vida na sociedade, com a emancipação da dominação. Mas não se trata de algo automático e prescritivo por parte das políticas educacionais. E é justamente neste aspecto que entendemos a área das ciências naturais como campo do conhecimento passível de inclusão para o tratamento das questões sociais no processo de ensino e aprendizagem. É preciso assumir o compromisso com o que os documentos propõem.

Neste sentido, sendo o LD um recurso pedagógico muito utilizado no ensino escolar, inclusive no ensino de Ciências Naturais; entendemos fundamental este material didático contemplar as questões sociais do indivíduo e da sociedade, conforme previsto no PNLD. No entanto,

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

entendemos também que este tratamento dos temas sociais, precisa ser contemplado no LD de maneira contextualizada aos conteúdos de Ciências Naturais tratados em cada capítulo; de forma a permitir reflexões críticas e mudanças de atitudes.

Compreendemos que o viés da solidariedade ou estima social apontado por Honneth (2009), pode ser um caminho para que o ensino de Ciências Naturais contribua para a melhoria das condições sociais dos indivíduos em sociedade. Assim é preciso pensarmos o reconhecimento como categoria que traz para o debate as contradições presentes na sociedade, na luta pelos direitos e pela dignidade. O LD ao não trazer essas abordagens as questões da solidariedade não promove ações que possam emancipar socialmente os sujeitos. Assim há muito ainda a avançar para a construção de uma sociedade no qual a valorização seja do ser humano e de sua vida e não do capital. Há ainda um longo caminho a percorrer para que as políticas educacionais e seus desdobramentos para o LD se encaminhem em uma perspectiva de reconhecimento social.

Referências

ALBORNOZ, S. G. As esferas do Reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2011, vol. 14, n.1, p. 127-143.

ARROYO, Miguel. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4°. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Daniel Costa. BAVARESCO, Agemir. Alteridade e Reconhecimento: um encontro e entre Emmanuel Levinas e Axel Honneth. X Salão de Iniciação Científica PUC-RS. p. 1627-1629.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/ SEF. 1997a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em: 05 de Junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF. 1997b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 05 de Junho de 2017.

CAMARGO, Sílvio. Axel Honneth e o Legado da Teoria Crítica. Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais, n.24, Abril 2006, p.123-138.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Brasileira, 2011.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: O longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DALLARI, Dalmo A. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.

FIGUEIREDO, José Wnilson. ANDRIOLI, Liria. FRANTZ, Walter. Educação Popular no contexto da globalização neoliberal. Revista Educação em Questão, Natal, v. 47, n. 33, p. 86-108, set./dez. 2013.

FUHRMANN, Nadia. Luta por reconhecimento: Reflexões sobre a Teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. Revista Barbarói. Santa Cruz do Sul, n.38, p.79-96, jan/jun, 2013.

GARCÊZ, R. L. de O. Teoria do Reconhecimento: uma teoria dos movimentos sociais? II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília, 2014.

GÜLLICH, R. I. da C. O Livro Didático, o professor e o ensino de Ciências: um processo de Investigação-Formação-Ação. Tese de doutorado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, 2012.

HEGEL, Georg W. F. Jeneer Realphilosophie. Hamburgo: Verlag von Felix Meiner, 1969.

HERMANN, Nadja. Autocriação e horizonte comum: ensaios sobre educação ético-estética. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

HONNETH, Axel. A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Alex. A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. São Paulo: EDUSP, 2004.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEAD, Georg H. Geist, Identität und Gesselchaft. Frankfurt: Hausarbeit, 1973.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, A. Luta por reconhecimento - a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 07-19.

REICH, Evania. A solidariedade na teoria do reconhecimento de Axel Honneth. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA. Porto Alegre. 2013. Disponível em: Acesso em fevereiro de 2018.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi. História da cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHUCHTER, Terezinha Maria. CARVALHO, Janete Magalhães. Políticas de inclusão: avanços no campo da educação ou armadilhas do discurso neoliberal? Revista Teias, v. 18, n. 48, p.135-149.